



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016
p. 254-271.

Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero¹

Elsa Dorlin²

RESUMO: A partir de uma reflexão sobre o *black feminism*, o artigo trata da articulação entre dominação de gênero e racismo e de como esta constitui um dos temas teóricos e políticos mais importantes do feminismo anglo-saxão: em que medida a experiência da segregação racista serve de modelo ao sexismo e dificulta a unidade política do feminismo? Se o sujeito ideológico “mulher” implodiu sob a crítica do patriarcado, o que acontece com o sujeito político do feminismo mesmo, “*nós mulheres*”? Minha tese consiste em mostrar como os discursos da dominação colocam à disposição dos grupos oprimidos modelos a-históricos que reificam incessantemente esses grupos, mesmo quando estes modelos são empregados para se afirmar positivamente. Nessas condições, ao querer desessencializar o sujeito do feminismo “as mulheres”, o risco é de re-naturalizar uma miríade de sub-categorias (mulheres negras, mulheres que portam o véu, mulheres migrantes...) que se tornam anteriores às lutas. Da nossa capacidade em revelar a historicidade e o entrelaçamento das categorias “sexo” e “raça” e em utilizar técnicas de tumulto capazes de inventar uma outra linguagem política dependem nossas capacidades de agir e de se pensar como sujeitos políticos em devir.

PALAVRAS-CHAVES: feminismos; feminismos negros, interseccionalidade.

Abstract: From a reflection on black feminism, this article deals with the relationship between gender domination and racism and how this is one of the most important theoretical and political issues of the Anglo-Saxon feminism: to what extent the experience of racist segregation serves as a model to sexism and hinders the political unity of feminism? If the ideological subject "woman" fell apart under the critique of patriarchy, what happens to the political subject of feminism, "we women"? My thesis intends to show how discourses of domination make available to oppressed groups a-historical models that incessantly reify such groups, even when these models are used to positively affirm themselves. Under these conditions, when wanting to “de-essentialize” the subject of feminism "women", the risk is to re-naturalize a myriad of sub-categories (black women, women who wear the veil, migrant women...) which become prior to the fights. From our ability to reveal the historicity and the intertwining of the "sex" and "race" categories and to use riot techniques to invent another political language depends our ability to act and think as political subjects in the process of becoming.

Keywords: feminism; black feminism; intersectionality.

Resumén: A partir de una reflexión sobre el black feminism, el artículo trata de la articulación entre dominación de género y racismo y de como el racismo constituye uno de los temas teóricos y políticos más importantes del feminismo anglosajón: en que medida la experiencia de la segregación racista sirve de modelo al sexismo y dificulta la unidad política del feminismo? Si el sujeto ideológico “mujer” ha sido destrozado por la crítica del patriarcado, qué es lo que pasa con el sujeto político del feminismo él mismo, el “nosotras, las mujeres”? Mi tesis consiste en demostrar como los discursos de la dominación ofrecen a los grupos oprimidos modelos a-históricos que les reifican incesantemente, aunque esos modelos sean empleados para una afirmación positiva. En

¹ A autora gostaria de agradecer Eleni Varikas pela atenção concedida a esse texto – muitas das questões desenvolvidas aqui devem muito às suas pesquisas, suas reflexões e aos seus compromissos teóricos. Publicado originalmente com o título *De l'usage épistémologique et politique des catégories de sexe et de race dans les études sur le genre*, em *Les Cahiers du Genre*, número 39, 2005, p. 85-107. A tradução para a língua portuguesa, com permissão da autora, foi realizada por Izadora Xavier.

² Professora em Vincennes/St. Denis - Universidade Paris 8

Recebido em 01/07/15
Aceito em 03/03/16

esas condiciones, al querer desesencializar el sujeto del feminismo “las mujeres”, el riesgo es re-naturalizar una gran cantidad de subcategorias (mujeres negras, mujeres que se ponen el velo, mujeres inmigrantes...) que se presentan como identidades anteriores a la lucha. De nuestra capacidad en revelar la historicidad y el entrelazamiento de las categorías “sexo” y “raza” y en utilizar técnicas de tumulto capaces de inventar un otro lenguaje político dependen nuestras capacidades de agir y de pensarnos como sujetos políticos en devenir.

Palabras clave: feminismos; feminismos negros; interseccionalidad.

Sexo e raça

Todas as mulheres são brancas e todos os negros são homens...³ – black feminist revolution⁴

Na metade do século XIX, no momento do surgimento das mobilizações feministas estadunidenses pelo sufrágio feminino, as militantes negras americanas, antigas escravas ou descendentes de escravas, das quais Sojourner Truth é uma das figuras mais emblemáticas,⁵ foram violentamente confrontadas ao racismo, não apenas dos detratores misóginos da reivindicação sufragista, mas também da parte de militantes abolicionistas e feministas. Mesmo que numerosas associações tenham decidido que as campanhas pelo sufrágio feminino e negro deveriam ser organizadas conjuntamente – como testemunha a decisão dos delegados da Convenção pelo Direito das Mulheres de criar, em maio de 1866, uma associação pela igualdade de direitos que lutaria ao mesmo tempo pelo direito de votos dos negros e das mulheres –, essa estratégia foi rapidamente contestada por parte dos militantes abolicionistas e feministas. Como aceitar que as mulheres dos cidadãos “da raça anglo-saxã”, segundo os termos da feminista Elizabeth C. Stanton, sejam relegadas a uma posição inferior a dos negros, antigos escravos, ou mesmo a dos imigrantes irlandeses, que mal haviam deixado os navios? As associações feministas entram em luta e se fraccionam em torno da questão perversa da preeminência “legítima” das mulheres “brancas” sobre os negros, *e conseqüentemente sobre as mulheres “negras”*, excluindo pura e simplesmente essas últimas da categoria “mulheres”.⁶ A questão do racismo nos grupos e associações feministas

³ Referência ao livro fundamental de Gloria Hull, Patricia Bell Scott e Barbara Smith, *All the Women are White, all the Blacks are Men, but some of us are brave* (1982), ainda não traduzido para o português (ndt). Um ano antes era publicado o igualmente fundamental livro de Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa, *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (1981), também não traduzido para o português (ndt).

⁴ Em inglês no original.

⁵ Nascida escrava em 1797, no estado de Nova Iorque, com o nome de Isabella Baumfree, ela foi vendida aos 12 anos a John Dumont. Estuprada pelo seu “proprietário”, ela se casa com um outro escravo de quem tem cinco filhxs. Após a abolição, ela deixa Nova Iorque em 1843 e parte em pregação com o nome de *Sojourner*, intinerante, e *Truth*, verdade. Entre as outras grandes figuras militantes ex-escravas ou descendentes, pode-se citar Harriet Tubman, Frances E. W. Harper, Ida B. Wells Barnett, Mary Church Terrel. Sobre elas e seus combates, ver Jaqueline Jones Royster (2000) e Angela Y. Davis (1983).

⁶ “Desde o início dos anos 1860-1870, Susan B. Anthony [outra grande figura do feminismo estadunidense] se dá conta do potencial que a causa do sufrágio feminino tem para atrair as mulheres brancas do sul [dos Estados



é complexa. Ela está relacionada à extrema força da ideologia segregacionista, oriunda dos estados do sul dos EUA, mas difundidas por toda a sociedade e, simultaneamente, ao jogo perigoso de certas líderes do movimento que, na virada do século XIX e no século XX, decidem adotar uma estratégia política de buscar o apoio das mulheres sulistas às custas do apoio das mulheres descendentes de escravos.⁷ Excluídas ou proibidas de participar dos clubes de mulheres brancas, figuras da importância de Mary Church Terrel, presidente da Associação Nacional de Mulheres de Cor, ou ainda Josephine Ruffin, representante da organização *New Era Club*, são não apenas alvos do racismo de certas militantes feministas, mas também do sexismo dessas militantes. Muitas mulheres pertencentes às associações sulistas a favor do voto feminino (entenda-se associações formadas apenas por mulheres brancas) evocam a moralidade duvidosa das militantes negras como justificativa para recusar uma aliança. A fabricação de uma norma da feminilidade se faz por oposição às mulheres negras, vistas como lascivas, violentas, primitivas, “más mães” ou “matriarcas” abusivas. Frente a um jornalista do *Chicago Tribune*, a presidente da Federação Geral dos Clubes de Mulheres, Sra. Lowe, justifica a decisão da federação de não aceitar Josephine Ruffin como membro nos termos seguintes: “A sra. Ruffin pertence ao seu povo. Entre eles, ela poderá ser uma líder e fazer muitas boas coisas, mas entre nós ela só pode criar problemas” (citado por hooks, 2000, p. 379).

Com as relações de gênero de tal forma configuradas, a dimensão violentamente antagônica da dominação traçou uma fronteira bem mais hermética entre as mulheres mesmas – brancas e negras – do que entre as mulheres e os homens. Como escreve Hazel Carby:

As ideologias da feminilidade branca foram o espaço de lutas raciais e sociais que permitiram às mulheres brancas negociar seu papel subordinado no contexto patriarcal e de se aliar, a partir dos

Unidos]. Por oportunismo, menosprezando a lealdade e a justiça, ela pede ao antigo defensor da causa feminista, Frederick Douglass, para não ir à convenção da Associação Nacional Americana pelo Sufrágio Feminino, que acontecia em Atlanta” (citado por bell hooks, 2000, p. 377). Ver também os trabalhos da historiadora Rosalyn Terborg-Penn (1988), ao qual hooks faz referência. Frederick Douglass (1817-1895), nascido escravo, é uma das maiores figuras do movimento estadunidense de emancipação.

⁷ Em 1869, a Associação pela igualdade de direitos organizava sua assembleia anual – na verdade, esta seria sua última –; finalmente, a 14ª emenda pôde ser aprovada. Tendo sempre apoiado o sufrágio feminino, Frederick Douglass apoia dessa vez a posição segundo a qual o direito de voto para os negros deveria ser prioritário. Para ele, tratava-se de uma questão de vida e morte: “Quando forem arrancadas de suas casas, simplesmente por serem mulheres; quando elas forem enforcadas em postes de iluminação pública; quando suas crianças forem tiradas delas para ter as cabeças espatifadas contra a calçada; quando elas forem insultadas em todas as esquinas; quando elas arriscarem a todo momento ver suas casas, em chamas, cair sobre as suas cabeças; quando a ida de seus filhos a escola for proibida; aí, então, será urgente lhes conceder o direito ao voto” (citado por Angela Davis, 1983, p. 103). Após a guerra de Secessão, um grande número de membros do partido republicano que haviam apoiado o sufrágio feminino volta atrás e afirmam que os negros são “prioritários”. Esses representariam dois milhões de vozes potencialmente favoráveis ao partido. Assim sendo, os democratas do sul norte-americano, majoritariamente racistas, tendiam a apoiar associações feministas como as de Susan B. Anthony para se contrapor ao apoio dos republicanos ao voto negro.



interesses de classe, com os homens, no lugar de uma possível aliança com as mulheres negras (CARBY, 1987, p. 17-18).

No começo do século XX, nos Estados Unidos, o discurso feminista dominante proferido pelas principais dirigentes das grandes associações e federações favoráveis ao sufrágio feminino era: se vocês derem o direito de voto aos negros, então todos os argumentos contra o sufrágio feminino são inadmissíveis e desonestos. Assim, ao reivindicar a prioridade das mulheres sobre os negros, é em nome de uma *norma racializada da feminilidade* que as defensoras do sufrágio feminino vão lutar pelos seus direitos cívicos. As esposas modelo da classe dirigente incarnam o sujeito do feminismo, essa esposa vista como suave, moralmente irrepreensível, religiosa, sensível, pudica e maternal. Compreende-se então como a categoria política “mulheres”, ou seja, o sujeito político de feminismo, implode literalmente sob o efeito do racismo de certas militantes feministas. Ao considerar que as mulheres seriam prioritárias em relação aos negros, supõe-se que todas as mulheres são brancas e que todos os negros são homens.

Durante muito tempo oculto, esse episódio da história das mulheres mostrou-se ser um ponto de tensão entre as feministas da segunda onda. Nos anos setenta, o princípio da sororidade que anima o *Women's Liberation Movement* (WLM) é questionado pelas feministas negras americanas que denunciam a ignorância ou a indiferença histórica do movimento em relação às mulheres negras e a experiência delas da opressão patriarcal, que está intimamente ligada ao racismo, com o qual a história do movimento feminista está intimamente ligada. Em 1973, em Nova Iorque, um grupo de feministas negras decidiu formar um grupo separado, que irá tornar-se a Organização Feminista Negra Nacional (NBFO no acrônimo em inglês). O feminismo negro – *black feminism* – designa, no entanto, uma multitude de grupos e movimentos. Por exemplo, o Coletivo Rio Combahee (*Combahee River Collective*), coletivo lésbico feminista radical, que abandona a NBFO em 1974, por a considerar muito “feminista pequeno burguesa” (*Combahee River Collective*, 1997, p. 68), mas que se distancia igualmente de outros grupos lésbicos em razão de divergências fundamentais em torno da questão do patriarcado e da demanda por separatismo. De acordo com o coletivo, o separatismo lésbico não é uma “análise política viável” (*id.*, p. 66), nem uma estratégia de luta realista e eficaz no caso da situação de lésbicas negras, por causa exatamente da experiência do racismo. Solidárias da comunidade negra com a qual compartilham a experiência cotidiana da discriminação racial, sem negar o sexismo dos homens negros, elas consideravam que a história da escravidão e da segregação tiveram efeitos na construção normativa da feminilidade e da virilidade. Para o coletivo, o separatismo lésbico define a opressão das mulheres como sendo essencialmente uma questão de gênero, negando



dessa forma os fatores de classe e a estrutura racista da sociedade que modelam e dão forma ao sexismo. Dizer de um escravo vivendo no início do século XIX, ou de um negro do Mississippi na década de quarenta, que ele é ativo, ou que ele detém o poder, que ele é autônomo e que a sociedade é construída à sua imagem, parecem claramente problemático.⁸ Para o Coletivo do Rio Combahee, proclamar que as mulheres são discriminadas porque são mulheres denota um privilégio das mulheres brancas, pois, historicamente, as mulheres negras não foram de maneira propriamente dita consideradas como “verdadeiras” mulheres. Dito de outra forma, de acordo com a ideologia dominante, as mulheres negras não encarnam a norma da feminilidade, nem se beneficiam dos privilégios negativos dessa feminilidade – o que não significa, portanto, que elas não sofram da dominação *como mulheres*.

Do cruzamento entre “sexo” e “raça” ao sujeito do feminismo

Essa questão, não apenas da colusão entre “sexo” e “raça”, mas também da relação entre feminismo e racismo, provocou um profundo mal-estar político, mal-estar criado pela impressão de desintegração do sujeito do feminismo – “Nós mulheres” – se essa viesse a diferenciar exageradamente entre mulheres de acordo com classe, raça, religião, nacionalidade, sexualidade... Ao abandonar a problemática da analogia entre “sexo” e “raça” em favor de uma problemática que mostre o entrelaçamento entre eles, o feminismo negro operou uma verdadeira revolução. Testemunha é o artigo de 1979 de Adrienne Rich, *Disloyal to Civilization: Feminism, Racism, Gynephobia*. Fazendo jus às interpelações das feministas negras estadunidenses, Rich fala às feministas norte-americanas brancas de classe média sobre o “solipsismo branco”. O *white solipsism* descreve a forma pela qual o feminismo tende a ceder implicitamente a um entendimento da dominação que toma a situação das mulheres brancas como sendo a situação de *todas* as mulheres, como sendo a modalidade universal da dominação de gênero. Tudo aconteceria como se estivéssemos em um túnel, em que não é possível ver que aquilo à sua frente: o feminismo *mainstream* não se dá conta de que o que ele toma por universal é em realidade a situação particular das poucas mulheres brancas de classe média. O feminismo encarna dessa forma um sujeito certamente em luta, mas ao mesmo tempo um sujeito auto-centrado em torno de sua condição particular, que ele tende a universalizar: nesse caso, a das

⁸ “Ensinamos homens e mulheres a ver os homens como independentes, capazes e dotados de poder; ensinamos os homens e mulheres a ver as mulheres como dependentes, limitadas em sua capacidade e passivas”. Mas quem ensina a ver os homens negros como “independentes, capazes e dotados de poder” e quem aprende isso? Os homens negros aprendem isso? As mulheres negras? Os homens brancos? As mulheres brancas? Da mesma forma, quem ensina a ver as mulheres negras como “dependentes, limitadas em suas capacidades e passivas?” Se esse estereótipo é tão presente, por que as mulheres negras tiveram que lutar para se defender contra as imagens de matriarca e puta?” (Spelman 1988).



mulheres brancas. Assim sendo, sob a aparência de conscientizar sobre a universalidade da dominação suportada por *todas* as mulheres, apenas a condição das mulheres da classe média estadunidense tem primazia, encobrindo as múltiplas experiências de mulheres negras, chicanas, ou mesmo aquelas das mulheres dos “países do Sul”. Se o artigo de Adrienne Rich é um marcador de águas para o pensamento feminista, ele é também sintomático da dificuldade em pensar um sujeito do feminismo verdadeiramente desnaturalizado e descentrado. A experiência das mulheres negras americanas continua sendo percebida como “diferente” em relação à dominação patriarcal, porque articula diferentes relações de poder, da mesma forma como a feminilidade por muito tempo foi entendida como uma variação, uma diferenciação da norma que a masculinidade representava. Adrienne Rich, como um grande número de feministas, entende, no entanto, que a desnaturalização das categorias “sexo” e “raça” depende também da desnaturalização do que os anglófonos chamam *whiteness*, a *branquitude*. A experiência da dominação de gênero das mulheres “brancas” da classe média é igualmente capaz de exemplificar o cruzamento da dominação de gênero, de classe e o racismo. Em uma sociedade tão marcada pelo segregacionismo, a desconstrução da categoria “raça” deve criticar prioritariamente a ideia segundo a qual apenas negrxs, irlandesxs ou hispânicxs, por exemplo, são minorias ou grupos “raciais”, os brancos representando a norma em relação à qual se diferenciam os outros grupos sociais (Ware, 1992).

A historicidade da racialização das relações de poder na França fez com que, desde a Revolução, a República sempre tenha se entendido muito bem com o pensamento “raciológico”, insistindo na fusão orgânica em um só povo de muitas famílias ou “raças”. O imperialismo da terceira República é testemunha, por exemplo, da coexistência entre ideologias racistas contra a miscigenação e de ideologias, igualmente racistas, preconizando a mestiçagem, a mistura e a fusão dos povos – particularmente de franceses e argelinos. Pelo menos desde a dita necessária “assimilação” dos judeus à Revolução francesa, “assimilar” tal ou tal população significa que aquele que assimila é “naturalmente” ou “geneticamente” superior ao assimilado, e pretende impôr suas características ao outro. Em compensação, no século XVIII, a jovem nação americana dá continuidade à política dos ingleses, a qual proíbe, desde o fim do século XVII, ainda mais drasticamente que nas colônias francesas, as uniões e até mesmo as “relações interracialis”. Mais tarde, a adoção de leis chamadas “Jim Crow”⁹ nos estados do sul dos EUA, onde vivia noventa por cento da população negra do país, impõem um sistema de *apartheid* que vai vigorar até os anos

⁹ Jim Crow é um personagem fictício, uma caricatura racista dos negros como ignorantes, preguiçosos e estúpidos. Criado no sul dos EUA em cerca de 1830, era interpretado por atores brancos maquiados. A partir de 1900, o nome começou a ser usado para designar o conjunto da legislação segregacionista em vigor nesses mesmos estados.



sessenta. Nessa perspectiva, eu não tenho certeza da pertinência de se falar de “brancas” em oposição às outras, no caso da França. Se a expressão “brancas” ou “brancos” parece ser empregada com cada vez mais frequência, sobretudo por jovens vítimas de racismo – substituindo a expressão “burguês” ou “burguesa”, isso não deve nos autorizar a empregar também essa expressão sem examinar ou interrogar sua historicidade, ou a forma pelas quais categorias sexistas e racistas circulam ao mesmo tempo no discurso de dominantes e de dominados. Nesse caso, a globalização das trocas, sobretudo por meio da mídia – o fato de captar canais de música anglo-saxões, por exemplo – participam não exatamente de uma uniformização, mas antes de uma circulação das expressões da revolta, o que modifica profundamente os recursos políticos – o catálogo de ações – à disposição dos grupos minoritários.

O conceito de interseção e as aporias do pensamento formalista no caso da dominação

Eu gostaria de fazer um inventário dos instrumentos teóricos dos quais dispomos para pensar a dominação de gênero sem isolá-la de outras relações de poder, particularmente o racismo. Eu gostaria de retomar a história de como foi a conceitualização desse entrecruzamento de relações de dominação e dos debates teóricos dos quais ela é objeto do outro lado do Atlântico. Ao fazê-lo, eu gostaria de testar os conceitos do feminismo negro, aproveitar da sua força ao mesmo tempo que aprendo das aporias nas quais ele às vezes recai ou das dificuldades que não puderam ainda ser resolvidas. Eu gostaria de fazer o inventário das armas teóricas das quais dispomos, as que se paralisaram a meio caminho, e das que ainda precisamos desenvolver.

Para a teoria feminista, uma das primeiras formas de conceitualizar as opressões múltiplas foi por meio de modelos matemáticos.¹⁰ A dupla, até tripla opressão que experimentam algumas mulheres supõe que as relações de dominação se somariam umas às outras. Por exemplo, as mulheres sofreriam com sexismo; algumas entre elas com o sexismo e o racismo; e, entre essas últimas, algumas sofreriam com sexismo, racismo e lesbofobia etc. Essa análise apresenta inúmeras dificuldades porque ela isola cada relação de dominação e define a interação entre elas como sendo *aritmética*: as mulheres que foram escravizadas teriam sofrido uma opressão racista – compartilhada com os homens que também foram escravizados – em adição a uma opressão

¹⁰Estou seguindo aqui o surgimento desse pensamento como ele se deu no contexto do feminismo negro estadunidense. Todavia, o *black feminism* visa antigas tensões. Poderíamos igualmente mostrar como a problemática do sexo e da classe foi dominante no pensamento feminista francês, devido à importância do pensamento marxista e, mais exatamente, da grande influência de um feminismo socialista durante o século XIX que insistia constantemente na ligação entre desigualdade entre os sexos, a condição operária e a luta de classes.



sexista, que seria similar àquela vivida por suas “senhoras”. Vê-se bem porque essa análise dita *aditiva* é insuficiente para compreender as modalidades históricas da dominação sexista e racista. Um outro modelo teve então que ser mobilizado, dessa vez geométrico, para compreender o entrecruzamento, ou mais exatamente, a intersecção, das relações de opressão. Kimberley W. Crenshaw propôs o conceito de interseccionalidade (1991) afim de dar conta da variedade de interações entre gênero e raça, e trazê-lo mais próximo das experiências das mulheres negras estadunidenses. Crenshaw mostra como a interseccionalidade política das relações de dominação é em si mesma uma estrutura de dominação que impede ou enfraquece os discursos contra o sexismo ou o racismo. A interseccionalidade das relações de poder produz, de fato, tensões, conflitos e outras consequências destrutivas e desestruturantes nos processos de mobilização dos movimentos sociais. Para ilustrar essa ideia, Crenshaw trabalhou sobre o tema da violência doméstica, e mais particularmente sobre o isolamento das mulheres negras estadunidenses vítimas de violência, para quem a experiência simultânea do sexismo e do racismo as invisibiliza duplamente. Elas são esquecidas pelas mobilizações feministas assim como pelas mobilizações antirracistas. Esse isolamento é resultado ao mesmo tempo da ausência de ferramenta teórica para compreender a posição delas, na interseção de diferentes relações de opressão, e também da ausência de recursos militantes, de ferramentas práticas e comuns a diferentes lutas – como lutar juntas e com as mesmas armas contra a articulação entre racismo e sexismo? Essa situação se revelou uma das mais problemáticas em 1982, no momento em que *A cor púrpura* foi lançada. Esse romance de Alice Walker suscitou uma polêmica violenta porque ele contava a história de uma mulher negra, Celie, que apanhava de seu marido, um homem negro; um grande número de vozes saídas dos movimentos de luta antirracista se levantou contra o que elas consideravam uma representação estereotipada e racista da violência dos homens negros.

A crítica que pode ser feita ao raciocínio de Crenshaw seria em relação à definição que ela faz das relações sociais em termos de setores de intervenção, definição que implica que aquelas entre nós que sofrem várias discriminações se encontram em setores isolados. Essa definição não apenas isola, mas uniformiza posições socialmente antagônicas e tende a confundir as identidades estigmatizadas, impostas e as identidades políticas dos grupos minoritários. O conceito de interseccionalidade e, de maneira mais ampla, a ideia de intersecção tem dificuldade em pensar uma relação de dominação que seja dinâmica e histórica, dificilmente “formalizável” (West, Fenstermaker, 1995).¹¹ Em outros termos, a interseccionalidade é uma ferramenta de

¹¹ Na França, Danièle Kergoat propôs a noção de relações sociais “consustanciais”, para pensar de maneira não-formal a mistura entre relações de poder (2001, p. 87).



análise que estabiliza relações, posicionando-as de maneira fixa, setorializando mobilizações, da mesma forma exatamente que faz o discurso dominante, naturalizando e encerrando os sujeitos em identidades “alterizadas”¹² pré-definidas. Em que condições é aceitável pensar de acordo com as mesmas operações lógicas ou cognitivas da dominação?

Por uma epistemologia da resistência

Uma “técnica de tumulto” para desbaratar a dominação

Ao querer compreender o sexo ou a raça de forma não “formal”, mas como relações históricas e políticas, nós nos encontramos frente a um problema abissal: o da nossa capacidade de compreender a dominação para além dos termos ou categorias que ela impõe ao mundo, ou seja, o da validade de nossas ferramentas de análise. A discussão com a qual o feminismo negro se comprometeu e o viés da categoria “mulheres” coloca em relevo, na verdade, o problema das categorias a partir das quais nós pensamos a dominação de gênero e por meio das quais buscamos conquistar nossa libertação. A questão seria, dessa forma, de pensar a dominação em suas múltiplas efetividades históricas, mas também suas condições intelectuais e materiais. Se ela continua a nos impôr suas categorias e, empregando-as, se estamos nos prendendo sistematicamente a um pensamento a-histórico, o que nos impediria de compreender a lógica da dominação. Disso resultaria a ameaça constante de re-naturalização dos sujeitos políticos, isto é, a objetivação destes sujeitos como submissos (as mulheres, os negros), a tendência a posicionar, a fixar identidades ao longo de linhas ou intersecções, em prejuízo de um pensamento que privilegie a historicidade das relações de poder e dos processos de subjetivação política, como *armadilhas da razão dominante*. A dificuldade é ao mesmo tempo epistemológica e política, na medida em que a possibilidade de pensar os grupos e indivíduos alterizados como sujeitos políticos depende da nossa capacidade mesma de pensar de maneira distinta do a-historicismo do pensamento dominante.¹³

Atualmente, o dilema com o qual se confrontam as teóricas feministas é que nossa própria auto-definição é fundada sobre um conceito (“mulheres”) que nós devemos desconstruir e des-essencializar em todos os aspectos (ALCOFF, 1988, p. 406).

Diante dessa dificuldade, uma parte das feministas buscou trabalhar os complexos

¹² Tradução de “othering”, isto é, o processo social de fabricação das diferenças. O termo faz referência igualmente à Colette Guillaumin, que fala de “categorias alterizadas”.

¹³ Judith Butler fala de “esquemas normativos de inteligibilidade”. O que a interessa não é tanto aquilo que se mostra, mas aquilo que é possível de ser visto, e o que é escondido, tudo o que constitui um quadro de visão, um prisma pelo qual nós apreendemos a realidade, aquilo que determina nossas ações e reações (Butler, 2004a, p. 180).



processos de identificação e des-identificação dos grupos alterizados por meio do uso dos conceitos de consciência/conscientização (hooks, 1984 ou Anzaldúa, 1987), de sujeito (Riley, 1988 ou de Lauretis, 1984), de experiência (Scott, 1988 ou Butler, 1990) ou ainda de “categorias entremeadas de experiência” (Andersen, Hill Collins 1992). O debate no centro da teoria feminista anglófona não se encerrou: a questão continua sendo de produzir uma conceitualização da subjetivação. Dito de outra forma, os processos pelos quais os indivíduos e grupos dominados forjam uma identidade política a partir da qual lutar e se afirmar como sujeitos da própria liberação. “Para o sujeito, ser um ponto de partida pré-definido para a política significa abandonar a questão da construção e do ajuste político dos sujeitos mesmos” (Butler, 1992, p. 13).

Retomando críticas de inúmeras feministas, Judith Butler explica o porquê de a categoria “mulheres” não poder garantir uma solidariedade *a priori* entre todas as mulheres: ela não é, inicialmente, uma identidade política. Essa identidade política do feminismo deve ser produzida. O que não significa que o termo “mulheres” não pode ser utilizado, mas significa que ele não é prévio a toda política feminista. A partir dessa ideia, Butler considera a força subversiva dos processos de re-apropriação das identidades “infames”. Segundo a autora, desconstruir a categoria “mulheres” equivaleria a continuar a usá-la, repetí-la subversivamente e fora de contexto. Dito de outra forma, essa categoria não pode se tornar uma identidade política a não ser quando despida de sua aplicação normativa, desligada de seu substrato ontológico – o “sexo”. Nessas condições, o sujeito do feminismo é um sujeito constantemente em devir, ele não faz referência a nenhuma definição normativa e pode se tornar um sujeito coletivo em luta.

Na realidade, os múltiplos processos pelos quais os grupos alterizados constroem uma identidade política resistente – em particular naquilo que concerne o que se chama precisamente “mobilizações identitárias” –, passam pela re-apropriação das categorias da dominação. Todavia, essas tentativas permanentes de desvio do conteúdo infame das categorias, de re-apropriação positiva das identidades estigmatizadas, se inscrevem em estratégias de lutas estritamente determinadas pelas condições materiais induzidas pela relação de forças. Em geral, a escolha das armas está antes do lado do mais forte. A dimensão subversiva dessas estratégias de reversão é com frequência precária, à medida em que ela consiste em técnicas de desvio, de retorno dos quadros dominantes ou sistemas categoriais.¹⁴ Minha hipótese é de que essa dimensão subversiva é

¹⁴ Para ilustrar esse argumento, ver Gail Pheterson (2002), a propósito das mobilizações de “putas”, como se chamam as militantes de COYOTTE. Ver também Judith Butler: “A possibilidade política de re-trabalhar a força dos atos de discurso para fazê-la funcionar contra a força da injúria consiste a se re-apropriar da força do discurso desviando-a dos contextos precedentes” (2004b, p. 77).



limitada e que ela poderia se mostrar muito mais ameaçadora se ela contornasse ou evitasse a armadilha da razão dominante, usando conceitos inéditos. Foi isso que, historicamente, uma parte do pensamento feminista sempre tentou fazer. Como escreveu Joan Scott:

Devemos estar atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Devemos buscar os meios (ainda que incompletos) de submeter constantemente nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Isso significa analisar, em seu contexto, a maneira como operam as oposições binárias, revertendo e deslocando as construções hierárquicas, no lugar de aceitá-las como reais, como óbvias ou naturais. De alguma forma, as feministas fizeram apenas isso durante anos (Scott 1988, p. 139).

A ideia de que um dos efeitos mais impressionantes da dominação seria sua capacidade de impôr os termos nos quais vêm a se exprimir as lutas emancipadoras e as resistências foi uma das contribuições maiores do pensamento de Frantz Fanon. Ele identificou perfeitamente essa aporia, na qual se encontra a análise crítica da dominação, assim como as resistências políticas impotentes e aprisionadas. Ao utilizar o termo “racialização” para designar um dos efeitos mais engenhosos das relações de dominação imperialista fundados na categoria “raça”, ou seja, o fato de impôr aos dominados as modalidades práticas e discursivas da emancipação – mais ou menos neutralizando os efeitos subversivos desta. Nos *Condenados da terra*, Fanon diz:

Talvez não tenhamos suficientemente mostrado que o colonialismo não se contenta em impôr sua lei no presente e no futuro do país dominado. O colonialismo não se satisfaz de enredar o povo nas suas malhas, de esvaziar o cérebro do colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por meio de uma perversão da lógica, ele se orienta em direção ao passado do povo oprimido, o distorce, desfigura, aniquila (FANON, 2002 [1961], p. 201).

A ideia central dessa reflexão política é claramente o fato de que a dominação funciona criando um *mundo historicamente deformado* no qual os dominados estão presos e no qual eles se refletem. Podemos compreender agora de que forma as categorias de análise que empregamos impactam as condições materiais da luta. Atualmente, sob a influência de trabalhos anglófonos, novas inquietações e pesquisas surgem e usam o termo “raça” para designar a relação social que *racializa* uma diferença social. Empregado com ou sem aspas, o termo “raça” designa, em certos discursos científicos, uma *categoria de análise de uma relação de poder*. Todavia, essa atenção ao racismo e às modalidades de racialização das diferenças sociais participa também da re-introdução no debate intelectual francês desse termo e do que poderia ser chamado de uma nova forma de “raciologia”. A questão é: em que medida o uso da categoria “raça” como categoria de análise, isto é, como conceito que designa a *racialização* das relações sociais, é manipulável e



compreensível? Redefinido, manipulado com todas as precauções do uso, o conceito de raça designa inequivocamente um processo e não uma identidade ideológica, ou uma identidade pré-existente à análise? Em relação ao emprego da categoria “raça”, a polêmica perdura desde os debates que se seguiram ao fim da segunda guerra mundial. De um lado encontravam-se os partidários de uma utilização descritiva do termo “raça”, para designar um tipo particular de relação social, ou para identificar as discriminações racistas das quais são vítimas certos grupos sociais, o que significa considerar a “raça” como uma categoria como o gênero, a classe, ou mesmo uma profissão. Do outro lado, estão os que criticam a banalização de uma categoria da dominação. Para esses últimos, não poderíamos nos satisfazer com a utilização do termo “raça”, mesmo deixando claro que se trata de uma categoria social e construída; tal precaução seria necessária, mas não suficiente para impedir uma qualificação do mundo social que passa exclusivamente pelo prisma da “raça”. Assim, Paul Gilroy, ao discutir o uso do termo “raça” nas ciências sociais e políticas, nos alerta para o fato de que:

[O termo] não pode facilmente ser re-significado ou dessignificado; imaginar que os significados os mais perigosos poderiam ser facilmente re-articulados de uma forma benigna e democrática seria exagerar o poder crítico dos que se levantam contra esses significados [...]. Não obstante as condições mais difíceis e os materiais imperfeitos que eles certamente não teriam escolhido se eles tivessem estado em condição de escolher, os grupos oprimidos construíram complexas tradições políticas, éticas, identidades e culturas. A difusão aceita da “raça” marginalizou essas tradições em relação às histórias oficiais da modernidade e as relegou ao mais profundo de uma história pré-política (GILROY, 2000, p. 12).¹⁵

De acordo com Gilroy, para que os grupos alterizados eles mesmos possam renunciar às categorias com as quais aqueles que ocupam as posições dominantes os constrangeram a pensar e agir, é necessário elaborar uma reflexão capaz de produzir categorias inéditas e não apenas categorias redefinidas.

Dessa forma, ou nós aceitamos os termos dessa dialética – imposição estigmatizante/re-apropriação subversiva de identidades –, ou seja, os termos no interior dos quais as relações de poder acontecem; ou, contrariamente, nós nos arriscamos a produzir “técnicas de tumulto” (Saïd, 2000, p. 373),¹⁶ técnicas que permitem o desmonte das modalidades de dominação, de suas

¹⁵ O termo “etnicidade” ou “grupo étnico” tende a fazer o papel de categoria descritiva em relação à “raça”, mas ainda assim “qualquer que sejam as categorias que utilizemos, não saberíamos abstrair as relações de força nas quais essas categorias emergem, as questões políticas e teóricas a que elas se referem, os pressupostos e o senso comum que tendem a torná-las transparentes e auto-referenciais” (Varikas, 1998, p. 93). Ver também Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (1985).

¹⁶ Como escreveu Edward Saïd, trata-se de operar um movimento de “levar a luta a um nível de enfrentamento



engrenagens, das suas molas. Trata-se da elaboração de um dispositivo de análise que compreenda as formas pelas quais as relações de dominação empregam o "sexo" e a "raça" como operadores, como instrumentos através dos quais essas relações se perpetuam e se mantêm, esgotando as resistências que se opõem a elas. De um ponto de vista epistemológico, isso quer dizer não se contentar em elucidar, desconstruir e desnaturalizar as categorias de dominação. Não se trata de satisfazer um posicionamento que desnaturaliza as categorias de dominação, como "sexo" ou "raça", e continuar empregando-as para designar as relações que elas sustentam “socialmente”. A questão é antes os *regimes de dominação*, no espaço conflitivo que estes ocupam, junto ao que resiste a esses regimes. A questão é, conhecemos suficientemente a “técnica de tumulto” que permite a elaboração de um raciocínio próprio, da nossa própria inteligibilidade do mundo, mundo no qual nós seríamos capazes de agir de outras formas, que nós estaríamos em condição de "edificar juntos", como diz Fanon,¹⁷ fortalecido pelas experiências que as mulheres têm da dominação?

Repensar o gênero contra a racialização dos feminismos

Até recentemente, o pensamento feminista se deixou subjugar por uma única modalidade da dominação de gênero, ignorando mais ou menos as outras modalidades. Assim, o que temos tendência a considerar como uma certeza invariável da categorização dicotômica da dominação: macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, ativo/passivo, razão/sentimento, força/fraqueza, autoridade/submissão, Branco/Negro, agressividade/doçura, cultura/natureza, público/privado, barbudo/imberbe etc é apenas uma dessas efetividades históricas socialmente determinadas. A pretendida estabilidade dicotômica das relações de gênero é a expressão mesma de uma dominação de gênero modulada pela categoria “raça”. A experiência das mulheres negras norte-americanas mostra bem em que condições a identidade híbrida (“ser mulher” e “ser negra” – e, conseqüentemente, não ser “mulher”) é o produto direto das ideologias sexistas e racistas. Os efeitos contraditórios produzidos pelas categorias de “sexo” e “raça” foram a condição de possibilidade da exploração delas e da produção de uma norma racializada de gênero. O sujeito do feminismo não corresponde, assim, à categoria “mulheres”, tal como esta é produzida pelas relações de dominação, o sujeito do feminismo é o efeito de uma política e não uma condição prévia.¹⁸ Todavia, se nós temos que considerar a multiplicidade das relações de gênero, e essa

inédito” (2000, p. 374).

¹⁷Da mesma forma que no prefácio de 1999 de *Problemas de Gênero* (p. XXVI), Butler fala da “coalizão de lutas”.

¹⁸“No entanto, por um tempo, pelo menos, as enfermeiras passaram do “eu” ao “nós”. Elas se tornaram um sujeito coletivo produtor de sentido, ator de sua própria história. Ao fazerem isso, elas saíram da aparência de feminilidade



multiplicidade de experiências da dominação constitui em si a matéria dos projetos feministas, nós não podemos recair num pensamento que, depois de ter efetivamente desnaturalizado as relações de gênero, renaturaliza outras relações de dominação, aceitando a ideia de que existiria uma relação de gênero e de “raça”, uma relação de gênero e de classe, etc. Nós não podemos admitir a estabilidade e a unidade das categorias raça, classe, religião, etc, sob o pretexto de historicizar a categoria “sexo”. Em outros termos, não se pode historicizar a dominação de gênero, trabalhar sobre suas múltiplas efetividades históricas, sem se preocupar como isso não faz mais do que subdividir a dominação de gênero em tantos fatores de diferenciação: classe, “raça”, sexualidade, nacionalidade, cultura, religião... As mulheres negras não constituiriam uma categoria estável que designa uma identidade bem definida: “as mulheres negras”. Da mesma forma, o que é designado pela expressão “mulheres ocidentais”? Nessas condições, nós não podemos aceitar a *racialização* do sujeito do feminismo sob pretexto de o *desnaturalizar* ou de o *desessencializar*. Ao fazê-lo, arriscamo-nos igualmente a cristalizar as resistências e as lutas de mulheres nos termos esclerosados da dominação, principalmente a de “raça” e de “cultura”. Arriscamos a formação de um mundo no qual as formas alternativas à identidade “mulher”, os processos de subjetivação política, são formas tão naturalizadas quanto era “A Mulher”.

Uma testemunha é a identidade feminina “muçulmana” sobre-mediatisada, pia, pudica e que faz referência a uma norma ética da feminilidade tão tradicional e essencializada quanto a norma que prevalece em um certo discurso político¹⁹ que faz das “europeias” ou “ocidentais” modelos de civilização, de mulheres liberadas mas... muito femininas! Nas representações colonialistas, como as que eram veiculadas em cartões postais no final do século XIX e no início do século XX, as mulheres das Antilhas, da Argélia, da Tunísia ou do Marrocos são representadas principalmente como “fatmas”²⁰ iletradas ou como a bela moura, a prostituta.²¹ Essas representações tendem a virilizar ou exotizar excessivamente essas mulheres. Nos dois casos, elas não exibem nenhum dos traços típicos da “feminilidade europeia”: *essas mulheres não são mulheres*. Além disso, vê-se como o véu é utilizado pelo olhar do fotógrafo francês como um objeto *erótico* que tem a mesma função que o espaço mítico do orientalismo, o *harém*,

imposta para tornarem-se mulheres, tendo o poder de agir sobre a construção e o desenvolvimento das relações sociais. Por meio delas, o grupo social mulheres se apropriou de outras formas de pensar e de fazer, de outras formas de 'produção social da existência humana'. Elas nos ajudaram a pensar a utopia” (Kergoat, 2001, p. 99).

¹⁹ Vem à mente o manifesto de *NextGENDERation* “Não em nosso nome!”, lançado em março de 2004: <http://nextgeneration.let.uu.nl/groups/notinournames/francais.html>; assim como o texto de Christine Delphy, dirigido ao coletivo dos direitos da mulher, e disponível online em: http://lmsi.net/article.php?id_article=186; e à coleção dirigida por Charlotte Nordmann (2004).

²⁰ Substantivo da língua francesa. “Fatma” seria a “nativa”, de origem árabe, que serve de doméstica para os colonos franceses no norte da África (ndT).

²¹ Sobre essa questão, ver Malek Alloula (1981), Jennifer Yee (2000) e Christelle Taraud (2003).



lugar no qual as mulheres são ao mesmo tempo escondidas e reclusas e constantemente acessíveis a todos os desejos. Espaço focal de todos os fetiches, elas estão ali, na realidade, ou na imaginação, constantemente exibidas. Paralelamente, essa história colonial das relações de gênero se preocupa evidentemente com a construção da virilidade. A tendência à des-virilização dos homens é ligada à erotização exagerada das mulheres.²² A função cumprida por uma tal instrumentalização política das relações de gênero é excluir das definições normativas da masculinidade e da feminilidade, como elas funcionam na sociedade europeia, os dominados – sejam os escravos deportados ou os “nativos”. As sociedades coloniais do século XVIII até o século XX justificaram assim a exploração sexual das mulheres e a humilhação dos homens. Inúmeros trabalhos sobre a Índia colonial mostraram de maneira brilhante como a construção da masculinidade foi revestida de uma grande importância para a manutenção da dominação inglesa. A relação entre virilidade/feminilidade foi um instrumento que permitiu ratificar simbolicamente a relação de opressão racista instaurada pelos ingleses contra os colonizados.²³ A onipresença de discursos fortemente centrados em torno do gênero permitiu a depreciação do Bengali Babu, considerados lascivos, indisciplinados e afeminados, enquanto os ingleses eram representados como atléticos, corajosos, cavalheirescos e, conseqüentemente, mais legítimos para governar (Lal 2003, p. 163). Esse uso imperialista das categorias de “sexo” e “raça”, como operadores da hierarquia social, pode ajudar a compreender a que ponto as relações de gênero significam poder e a que ponto, por consequência, elas representam uma questão de poder: o enquadramento do pensamento e da ação, impostos pela história colonial, pela qual passa toda dominação, assim como toda resistência. Da mesma forma, a atual “questão do véu” participa de uma injunção à moralidade para as jovens mulheres e uma injunção à virilidade para os jovens homens descendentes de migrantes da África do Norte. Ela é uma resposta presente à estigmatização passada das mulheres colonizadas como mulheres lascivas e imorais. Ela é uma resposta que continua presa à dialética do poder: ela testemunha de uma dominação de gênero que constitui uma questão crucial na construção de uma identidade política para a geração filha de pais que conheceram a colonização francesa – de uma margem ou outra do Mediterrâneo. Porque essa *história é deformada*, porque ela é irresoluta, enrodilhada, ela age no presente: ela é uma armadilha da razão dominante, de segunda mão, que continua a fazer da “feminilidade” um recurso político. Nessas condições, é compreensível que se trate, para uma parte das jovens

²² A virilização das mulheres participa antes a uma bestialização – desumanização – dos grupos dominados, excluídos do processo de civilização.

²³ Essa lógica é antiga. Quando Buffon quis estigmatizar o caráter degenerado dos “selvagens” americanos, ele busca sobretudo mostrar como “o Selvagem é fraco e pequeno nos órgãos reprodutivos; ele não tem pelo, nem barba, nem nenhum desejo pela fêmea” (Buffon Georges-Louis Leclers, *Histoire naturelle générale et particulière: avec la description du Cabinet du Roi*, vol. 9, Paris, Imprimerie Royale, 1761, p. 104). Ver Elsa Dorlin (2004).



mulheres que se exprimem sobre a escolha delas em portar o véu e que se engajam politicamente para defender uma posição contra o racismo da qual elas são alvo, de uma estratégia que se inscreve em um processo mais global de subjetivação política de toda geração que enfrenta a história colonial francesa. Processo perigoso, não obstante, tão perigoso quanto o fato de que uma parte de um pensamento feminista quer fazer dele a expressão por excelência das categorias “sexo” e “raça”, arriscando-se a participar da racialização ambiente das relações sociais. Se o feminismo precisa prestar contas da sua proximidade com o racismo, ele precisa igualmente se atrelar ao esforço de tornar inteligível a história colonial e a genealogia do racismo, sem se deixar tentar por uma racialização essencialista do mundo que, querendo desnaturalizar o “sexo”, renaturaliza a “raça”.

Uma das questões maiores do feminismo contemporâneo poderia muito bem ser sua capacidade em produzir ferramentas de compreensão do mundo social capazes de modificar as relações de força: abarcar um mundo no qual ele poderia estar em posição de agir politicamente e resistir de maneira solidária. Para fazê-lo, o feminismo tem todo o interesse em perpetuar uma certa tradição de pensamento que escolheu fabricar suas próprias ferramentas de análise para apreender a dominação, mas também, e principalmente, para apreender os caminhos diagonais, os espaços de encontro das lutas, as coalizações solidárias, assim como as utopias.

Referências

- ALCOFF, Linda. Cultural feminism versus post-structuralism. The identity crisis in feminist theory. *Signs. Journal of women in culture and society*, vol. 13, 1988, n° 3.
- ALLOULA, Malek. *Le harem colonial: images d'un sous-érotisme*. Paris: Slatkine, 1981.
- AMSELLE, Jean-Loup, M'BOKOLO, Elikia. *Au cœur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris, La Découverte, Textes à l'appui. Anthropologie, 1985.
- ANDERSEN, Margaret L., Hill Collins, Patricia (eds). *Race, class and gender: an anthology*. Belmont, Cal., Wadsworth, 1992.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / la frontera: the new mestiza*. San Francisco: Spinsters / Aunt Lute, 1987.
- BUTLER, Judith. Contingent foundations: feminism and the question of “postmodernism”. In BUTLER, Judith, SCOTT, Joan (eds). *Feminists theorize the political*. New York: Routledge, 1992.
- _____. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999 [1re éd. 1990 ; trad. française (2005). *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. Paris, La Découverte].
- _____. *Vie précaire. Les pouvoirs du deuil et de la violence après le 11 septembre 2001*. Paris: Éditions Amsterdam, 2004a.
- _____. *Le pouvoir des mots. Politique du performatif*. Paris: Éditions Amsterdam, 2004b.



- CARBY, Hazel. *Reconstructing womanhood: the emergence of the afro-american woman novelist*. New York, Oxford University Press, 1987.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE (The). A black feminist statement. In Nicholson Linda (ed). *The second wave. A reader in feminist theory*. New York: Routledge, 1997.
- CRENSHAW Kimberlé, W. Mapping the margins: inter-sectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, vol. 43, n° 6, 1991.
- DAVIS, Angela Y.. *Femmes, race et classe*. Paris: Des femmes, 1983.
- DORLIN, Elsa *Au chevet de la nation: sexe, race et médecine, XVIIe-XVIIIe siècles*. Thèse de philosophie, université Paris IV- Sorbonne [à paraître aux PUF], 2004.
- FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte [1re éd. 1961], 2002.
- GILROY, Paul. *Between camps, nations, cultures and the allure of Race*. London: Allen Lane, 2000.
- HOOKS, bell. *Feminist theory from margin to center*. Boston, MA: South End Press, 1984.
- _____. Racism and feminism. The issue of accountability. In Back Les, Solomos John. *Theories of race and racism: a reader*. New York: Routledge, 2000.
- HULL, Gloria, SCOTT, Patricia Bell, Smith, Barbara (eds). *All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave: Black Women's Studies*. Old Westbury, N.Y.: Feminist Press, 1982.
- KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, n° 30, Les rapports sociaux de sexe, 2001.
- LAL, Maneesha. Sexe, genre et historiographie féministe contemporaine: l'exemple de l'Inde coloniale. *Cahiers du genre*, n° 34, La distinction entre sexe et genre. Une histoire entre biologie et culture, (Ilana Löwy, Hélène Rouch, eds), 2003.
- LAURETIS (de) Teresa. *Alice doesn't: feminism, semiotics, cinema*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.
- MORAGA, Cherrie, Anzaldúa, Gloria (eds). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table Women of Color Press, 1981.
- NORDMANN, Charlotte (ed). *Le foulard islamique en questions*. Paris: Éditions Amsterdam, 2004.
- PHETERSON, Gail. *Le prisme de la prostitution*. Paris: L'Harmattan, Bibliothèque du féminisme, [éd. originale 1996], 2002.
- RICH, Adrienne. Disloyal to civilization: feminism, racism, gynophobia. In RICH, Adrienne. *On lies, secrets and silence: selected prose 1966-1978*. New York: Norton, 1979.
- RILEY, Denise. *Am I that name? Feminism and the category of "Women in History"*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- ROYSTER, Jacqueline Jones. *Traces of a stream: literacy and social change among african american women*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.
- SAID, Edward W. *Culture et impérialisme*. Paris: Fayard, 2000.
- SPELMAN, Elizabeth V. Gender & race: the ampersand problem in feminist thought. In Spelman, Elizabeth. *Inessential women: problems of exclusion in feminist thought*. Boston: Beacon Press [rééd. in Bhavnani Kum-Kum (ed) (2001). *Feminism and "Race"*. Oxford & New York, Oxford University Press], 1988.
- TARRAUD, Christelle. *Mauresques*. Paris, Albin Michel. Terborg-Penn Rosalyn (1998). *African American Women in the Struggle for the Vote, 1850-1920*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- VARIKAS, Eleni. Sentiment national, genre et ethnicité. *Tumultes*, n° 11, Appartenance et ethnicité. — (2003). Conclusion. In Fougeyrollas-Schwebel Dominique, Planté Christine, Riot-Sarcey Michèle, Zaidman Claude (eds). *Le genre comme catégorie d'analyse. Sociologie, histoire, littérature*. Paris: L'Harmattan, Bibliothèque du féminisme / RING, 1988.



WALKER, Alice. *The color purple*. London: Women's Press [(1986). *La couleur pourpre*. Paris, Robert Laffont], 1982.

WARE, Vron. Moments of danger: race, gender, and memories of empire. *History and Theory*, vol. 31, n° 4, 1992.

WEST, Candace, Fenstermaker, Sarah. Doing Difference. *Gender and society*, vol. 9, n° 1, 1995.

YEE, Jennifer. *Clichés de la femme exotique: un regard sur la littérature coloniale française entre 1871 et 1914*. Paris: L'Harmattan, Critiques littéraires, 2000.

